

deve ler-se:

Nome	Carreira	Categoria	Tipo de Cessação
Susana de Fátima Pinto Nunes.	Especial de Enfermagem	Enfermeiro	Rescisão

27 de fevereiro de 2019. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Ilda Maria Correia de Magalhães*.

312116403

CENTRO HOSPITALAR DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 4872/2019

Devidamente homologada por deliberação de 07 fevereiro de 2019, do Conselho Administração deste Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., e para cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 24.º da Portaria n.º 229-A/2015, de 3 de agosto, atualizada pela Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, e dando cumprimento ao recurso administrativo interposto por um dos candidatos, republica-se a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico, para a categoria de assistente graduado sénior de Cirurgia Geral, da carreira médica e especial médica, área de exercício hospitalar do mapa de pessoal deste CHTMAD, E. P. E., aberto por aviso publicado em DR, 2.ª, n.º 79 de 23-04-2018:

Lista unitária de ordenação final:

Fernando José Martins Próspero Luis — 17,25 valores
Lúcia Maria Duarte Simões de Matos Marinho — 16,63 valores
Paulo André Amaral de Avelar Dias — 14,83 valores
João Manuel Ferreira Gaspar — 13,15 valores
Carlos Manuel São Marcos Santos — 11,45 valores

11 de fevereiro de 2019. — O Diretor de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Miguel Taveira Maravilha*.

312059712

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Deliberação n.º 328/2019

Delegação de competências

O Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., na reunião de 29 de setembro de 2018, em conformidade com o previsto no despacho de delegação de competências da Secretária de Estado da Saúde n.º 1455/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 09 de fevereiro, e ainda com o previsto no n.º 3 do artigo 7.º do Estatuto dos Hospitais E. P. E., publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor empresarial do Estado, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, deliberou proceder à delegação e subdelegação de competências nos seguintes termos:

I

1 — No Presidente do Conselho de Administração, João Manuel Lopes Oliveira, as competências necessárias para a coordenação estratégica e supervisão de gestão e administração dos seguintes Serviços:

Gestão de Instalações e Equipamentos;
Gestão de Recursos Humanos;
Gestão da Qualidade e Risco;
Serviço Farmacêutico.

2 — No Vogal e Diretor Clínico João de Oliveira Baptista Galdes Freire, as competências necessárias para a coordenação estratégica e supervisão técnica, de gestão e administração dos Serviços e Unidades das áreas clínica, de ensino e investigação, bem como dos seguintes Serviços:

Segurança e Saúde Ocupacional;
Centro de Investigação;

Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos;
Gabinete do Cidadão;
Serviço Social.

3 — Na Vogal Sandra Cristina Gomes Gaspar, as competências necessárias para a coordenação estratégica e supervisão de gestão e administração dos seguintes Serviços:

Gestão Financeira e Contabilidade;
Planeamento, Análise e Controlo de Gestão;
Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação;
Segurança e Risco Não Clínico;
Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;
Gabinete Jurídico, incluindo os serviços de consultores jurídicos externos.

4 — No Vogal Júlio Paulo Candeias Pedro, as competências necessárias para coordenação estratégica e supervisão de gestão e administração dos seguintes Serviços:

Gestão de Compras;
Logística e Distribuição;
Gestão de Doentes;
Gestão Hoteleira.

5 — Na Vogal e Enfermeira Diretora Maria Paula Correia Oliveira Branco, as competências necessárias para a coordenação estratégica e supervisão técnica, de gestão e administração das matérias no âmbito da coordenação da atividade da enfermagem e da prestação dos assistentes operacionais nos Serviços e Unidades das áreas clínica e dos seguintes serviços:

Esterilização;
Centro de Formação.

II

Foi ainda deliberado delegar no Presidente, João Manuel Lopes Oliveira, as competências necessárias para a prática dos seguintes atos nas áreas sob a sua responsabilidade:

- Representar o IPOLFG, assim como estabelecer as ligações externas, ao seu nível, com outros serviços e organismos da Administração Pública e com outras entidades congêneres, nacionais, internacionais e estrangeiras, incluindo a assinatura de correspondência com o exterior;
- Exercer as competências inerentes aos serviços e unidades dos demais vogais, na ausência ou impedimento destes;
- Autorizar as despesas inerentes a procedimentos de aquisição de bens e serviços, incluindo empreitadas de obras públicas, até ao valor de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), sem IVA, compreendendo a autorização de abertura de procedimentos, a escolha do procedimento a adotar e a prática dos demais atos necessários para a formação dos contratos, abrangendo a decisão de qualificação dos concorrentes, a decisão de adjudicação, e a aprovação das minutas de contratos, bem como a representação do IPOLFG na respetiva outorga, neste último caso, sem prejuízo da competência do Presidente do Conselho de Administração;
- Aceitar doações, à exceção de bens imóveis;
- Determinar a reposição de dinheiros públicos e participar à administração fiscal das faltas de pagamento;
- Celebrar, denunciar e revogar contratos de trabalho seja qual for a sua modalidade;
- Autorizar a renovação de contratos de trabalho nos termos da lei;
- Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;
- Praticar todos os atos relativos à aposentação do pessoal, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social;
- Praticar todos os atos relativos a acidentes de trabalho e doenças profissionais, nos termos da lei, inclusive os que impliquem despesa/